

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.657.650 - SP (2020/0024378-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : JORGE CHAMMAS NETO
ADVOGADO : RENATO MAZZAFERA FREITAS - SP133071
AGRAVADO : IATE CLUBE DE SANTOS
ADVOGADO : SALO KIBRIT - SP069747

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por JORGE CHAMMAS NETO, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

AGRAVO REGIMENTAL - Ação de cobrança - Insurgência do agravante contra decisão monocrática que julgou deserto o seu recurso de apelação por falta de recolhimento do preparo recursal - Ausência de elementos capazes de alterar o entendimento adotado na decisão recorrida - Recurso desprovido. (fl. 169).

Quanto à controvérsia, alega violação do art. 98, § 6º, do CPC, relativo ao pedido de parcelamento das despesas processuais, trazendo o seguinte argumento:

Isso porque tendo em vista a momentânea impossibilidade de se fazer o pagamento da elevadíssima custa de preparo recursal e diante do indeferimento da Justiça Gratuita e do diferimento do pagamento ao final, o parcelamento da taxa processual, nos moldes do artigo 98, § 6º, do Código de Processo Civil em 10 parcelas considerando o altíssimo valor da causa e consequentemente das custas de preparo é medida que se impõe (fls. 176).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Devidamente intimado em janeiro/2019 a efetuar o recolhimento do preparo recursal no prazo de 5 (cinco) dias, conforme determinado na decisão monocrática de fls. 154/158 que indeferiu o seu pedido de gratuidade da justiça, o apelante deixou transcorrer in albis o prazo que lhe foi concedido para tanto, incorrendo, assim, na pena de deserção (art. 1.007, § 4º do CPC).

Mesmo após quase 6 (seis) meses de total inércia, o recorrente interpôs o presente recurso sem apresentar qualquer motivo idôneo que justificasse o não recolhimento da despesa recursal no prazo assinalado, limitando-se a requerer o seu parcelamento.

Dessa forma, diante da ausência de pressuposto de admissibilidade e

de justificativa plausível para afastar a deserção, o não conhecimento da apelação interposta a fis. 134/143 é a medida que se impõe, conforme dispõe o artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil (fls. 169/170)..

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Ademais, constata-se que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos; o quê é obstado pela Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”).

Destarte: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

A propósito: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de

Superior Tribunal de Justiça

8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente